SUMÁRIO | ARTIGOS

A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

RODRIGUES, Ana Gabriela Volpi **07**

BREVE REFLEXÃO SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Camila Aparecida Garcia..... **13**

OS DESAFIOS DO ENSINO À DISTANCIA E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NA EDUCAÇÂO

Maria Donizete Ferreira De Medeiros..... **19**

SUSTENTABILIDADE E A MATEMÁTICA

Maria Luziene Garcia..... **26**

ALFABETIZAÇÃO EM UMA ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA

Mário Serri Neto..... **29**

AS LINGUAGENS DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neide Wanderley da Silva **39**

ATUAÇÃO DOCENTE NA ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR

Vanessa Braz Costa **44**

JOGOS E BRINCADEIRAS E AS AÇÕES EDUCATIVAS

Solange Felix De Aguiar **50**

A alfabetização de crianças com deficiência intelectual

RODRIGUES, Ana Gabriela Volpi[1]

RESUMO

A inclusão é uma temática muito discutida por pesquisadores no mundo todo. E também um tema muito polêmico no que concerne em concepções e princípios e sobretudo na inserção social e educacional do indivíduo que assegura o direito de todos a uma educação de qualidade. Este artigo busca dar ênfase à deficiência intelectual bem como aos procedimentos realizados para alfabetizar estas crianças. Para isto será explicitada a conceituação da deficiência e da alfabetização, frisando o papel mediador do professor durante todo o processo por intermédio de pesquisa bibliográfica acerca do assunto, amparado por pesquisadores como FERREIRO (1986), FACCI (2007), GLAT (2004), entre outros que tratam deste assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Alfabetização. Deficiência Intelectual.

ABSTRACT

The inclusion is a thematic one very argued for researchers in the world all. Also very controversial And in what it concerns in conceptions and beginnings, and, above all, in the social and educational insertion of the individual, that assures the right of all to an education of quality. This article searches to give to emphasis the intellectual deficiency, as well as the accomplished procedures to teach literacy these children, for this will be detailing the conceptualization of the deficiency and the literacy, emphasizing the mediating paper of the professor during all the process, through bibliographical research concerning the subject, supported for researchers as BLACKSMITH (1986), FACCI (2007), GLAT (2004), among others that they deal with this subject.

KEY WORD: Inclusion. Literacy. Intellectual disability.

(1) Professora de Língua Portuguesa na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e professora de Educação Infantil e Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo.
E-mail: profgaby2009@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho irá esclarecer sobre estratégias de ensino para alfabetizar um aluno com deficiência intelectual. O principal aspecto que será abordado consiste na coexistência de algumas abordagens, como a tradicional que leva em consideração a transcrição gráfica de som, sem considerar os conhecimentos prévios dos alunos que já possuem uma bagagem de letramento que trazem de casa.

Quando o assunto é a Educação Especial, podemos perceber com mais frequência a dificuldade de aprendizagem que estes educandos concebem, nesta pesquisa .A estratégia para a prática alfabetizadora irá centralizar na deficiência intelectual, na importância de levar a criança ao mundo letrado acessando a diferentes estratégias de leitura e de escrita, ampliando seus saberes linguísticos a partir do uso reflexivo da língua nas variadas situações de seu funcionamento.

Tendo em vista que é grande a responsabilidade do educador para alcançar a aprendizagem dos educandos, esta pesquisa se justifica pela integração dos conteúdos curriculares propostos com o lúdico, enfatizando uma aprendizagem significativa e priorizando o direito de aprender e aprender com prazer o resultado será bem melhor.

O objetivo principal deste artigo é discorrer sobre estratégias de alfabetização para crianças deficientes intelectuais e os objetivos específicos são conceituar a Educação inclusiva, definir a deficiência intelectual e alfabetização, descrever o papel de mediação do professor alfabetizador e estratégias pedagógicas para alunos com deficiência intelectual

Promover um processo de ensino-aprendizagem divertido e diferenciado é incumbência dos docentes desempenharem. Para tal prática é importante que a ação seja feita de maneira muito planejada, com muita pesquisa com o intuito de preparar atividades que possam contemplar a aprendizagem, o estímulo e porque não , o divertimento também, fazendo com que os alunos possam abstrair o que pode ser considerado bom ou não para reter como aprendizagem.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É indiscutível a necessidade de mudanças na educação que visem atender os alunos com deficiência. A LDB estimula o empenho dos governos para políticas públicas que beneficiem estas crianças e jovens que enfrentam a exclusão. Quando se trata de políticas públicas, é importante fazer o questionamento dos recursos e estruturas que são oferecidos para adequação da inclusão. Segundo Ferreira:

> [...] os alunos com deficiência podem ser ainda mais penalizados pela combinação de três percepções: uma visão otimista de uma escola que se tornou democrática e que não mais reprova; a premissa de que não são mais necessários apoios ou serviços específicos para quaisquer grupos e, mesmo que de forma não explícita, o pressuposto de que a educação escolar ocupa um espaço apenas secundário no processo de formação de pessoas com deficiência, principalmente aquelas com limitações mais marcantes. (FERREIRA, 1994, p.35)

Desta forma discutir o posicionamento da reprovação ou não torna-se situação que envolve não apenas o educador mas uma junta de especialistas envolvidos no processo de formação do indivíduo para ver quais são suas limitações e quais as chances tem de inseri-lo numa série seguinte. Deve-se lembrar que quando uma pessoa com deficiência procura uma escola, ela tem como um dos objetivos a socialização com demais alunos, sendo um direito assegurado pela Constituição.

O papel da escola é formar cidadãos críticos e autônomos quanto ao processo de construção de conhecimento. Quando se trata de pessoas com deficiência o desafio tem aumentado. Esta função não é apenas do educador mas de todos envolvidos com a educação, da família e dos especialistas da saúde para dar um suporte clínico.

Conforme diz Bueno, com relação à inclusão dos alunos deficientes no ensino regular, não se pode deixar de considerar:

> (...) que a perspectiva de inclusão exige, por um lado, modificações profundas nos sistemas de ensino; que estas modificações (...) demandam ousadia, por um lado e prudência por outro; - que uma política efetiva de educação inclusiva deve ser gradativa, continua, sistemática e planejada, na perspectiva de oferecer ás crianças deficientes educação de qualidade; e que a gradativamente e a prudência não podem servir para o adiamento "ad eternum" para a inclusão (...) mas (...) devem servir de base para a superação de toda e qualquer dificuldade que se interponha á construção de uma escola única e democrática (BUENO, 2001, p. 27).

Na década de 1960 ocorreu uma manifestação de pais que buscavam tratar sobre a inclusão. O sentido de "excepcional", termo comum utilizado na época, para designar os alunos deficientes. Tais nomenclaturas foram muito repudiadas e criticadas para o atendimento proposto. Foi elaborada uma vasta literatura para criticar essa definição.

Diversos eventos mundiais foram realizados no final da década de 1990 e a primeira década do século XXI. Uma das mais eficientes foi o encontro em Salamanca no qual foi originado a Declaração de Salamanca que introduziu o termo "pessoas com deficiência", e também agregou diversos valores nunca antes somados, uma valorização da autonomia e inclusão na sociedade.

Segundo o MEC, a partir de palestras realizadas sobre a questão "pessoas de necessidades especiais", chegou-se à conclusão que o termo recomendado seria "pessoas portadoras de deficiência". O intuito é evitar o uso da palavra "deficiência", permitindo várias interpretações ao entendimento ao público e educadores gerando uma rotulação às necessidades.

Foi através desta recomendação que surgiu o conceito de escola inclusiva. Esta Declaração Universal dos Direitos Humanos passou a dar o direito à educação a toda pessoa com necessidades especiais. Ela trouxe benefícios para todos aqueles considerados excluídos socialmente. Em muitos casos existe certo preconceito quando se fala em inclusão. As pessoas ficam resistentes e em muitos casos sabem muito pouco sobre o assunto ou carregam uma grande intolerância.

O Estado divide a responsabilidade da educação dos alunos deficientes com os pais, que devem estar conscientes das Leis das Diretrizes e Bases e saber como desfrutar do direito aos seus filhos e inseri-los no ensino regular:

> O dever do Estado com Educação escolar pública deverá ser efetivado mediante a garantia de: I ensino fundamental obrigatório e gratuito (...); II progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III. Atendimento educacional especializado gratuito aos educados com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. (LDB, p.94)

No que concerne ao dever do Estado está a gratuidade ao ensino público. A proposta da Sociedade Brasileira ao Plano Nacional de Educação em relação à educação especial, registrada no texto de César Augusto Minto:

> A política inclusiva, proposta neste Plano Nacional de Educação, não consiste apenas na permanecia física dos portadores de necessidades especiais junto aos demais alunos. Representa, sim, a ousadia de rever concepções e paradigmas, nos quais o importante é desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades (MINTO, 2000, p. 7).

Assim sendo em determinados momentos históricos da sociedade, a exclusão sempre é vista. Este sentimento que exclui não pode banalizar ou simplificar o ser humano deficiente como qualquer pessoa devido às condições na qual se encontra.

A partir do momento em que se colocam as crianças no mesmo espaço, ensinando o mesmo conteúdo para elas, percebe-se como elas têm uma nova posição, uma nova experiência. Elas passam a serem vistas como crianças, permitindo que o cognitivo seja explorado de maneira igual, deixando ser abandonadas, sem estudo, e passam a participar de bens culturais produzidos pela humanidade.

É concedido o direito à educação para as pessoas com deficiência em qualquer tipo de instituição de ensino. A exclusão está envolvida com as condições sociais que geralmente é marcada por injustiças presentes na sociedade com atitudes e dificuldades que enfrentam os profissionais e todos envolvidos com educação. Frigotto evidencia que:

> Buscar entender adequadamente os dilemas e impasse do campo educativo, hoje, é inicialmente, dispor-se a entender que a crise da educação somente é possível de ser compreendida no escopo mais amplo da crise do capitalismo real (...), no plano internacional e com especificidade que se explicita nos planos econômicos – social, ideológico, ético – político e educacional, cuja análise fica mutilada pela crise teórica (FRIGOTTO, 2000, p. 79).

Esta dificuldade é evidenciada pela crise de fome, desemprego e violência que sofre a sociedade brasileira, onde discriminação está bem presente no contexto atual. Esta luta contra a exclusão já é algo antigo que vem sendo discutida bem no passado desde a história da humanidade para uma formação crítica e consciente de uma escola mais justa e democrática para todos. Um profissional satisfeito dedica-se à vida escolar de seus alunos e se importa com o desempenho e motivação de seus alunos no decorrer do processo de ensino e aprendizado.

3. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Segundo Facci e Brandão (2007), uma criança deficiente é considerada, na maioria das vezes, como alguém que no decorrer de sua vida, perpassa por momentos significativos em que é avaliada pelas suas dificuldades. A palavra deficiente limita demais a criança, desconstruindo as características positivas, as quais se manifestam na capacidade de compensar as dificuldades por meio do desenvolvimento de caminhos novos e diferentes.

Dentro dessa perspectiva, podemos pensar que a pessoa com deficiência, diante de suas limitações, sejam elas

motoras, intelectuais, neurológicas, emocionais ou sensoriais, criam ferramentas, ou melhor, alternativas para conviver com as outras pessoas sem deficiência.

Facci e Brandão (2007) fazem referências da Psicologia Histórico-Cultural para explicar a transferência do olhar das restrições ou impossibilidades da pessoa com deficiência para o olhar que abre a perspectiva de reconhecer as potencialidades, capacidades e superação. Tal afirmação nos leva a acreditar que ao desviar este olhar de empecilhos, não expressa negar a existência deles e sim conseguir visualizar e acreditar nas habilidades dessas pessoas, ou seja, ser capaz de perceber que a pessoa com deficiência possui limitações, mas também potencialidades, que muitas vezes podem ser até superiores a de pessoas ditas normais.

Para tanto deve-se também buscar o desenvolvimento das áreas em que ela apresenta maior dificuldade, assim como acontece na evolução de qualquer ser humano. Vygotsky e Luria (apud FACCI e BRANDÃO, 2007) discorrem que a criança com deficiência intelectual pode possuir os mesmos talentos naturais de crianças normais, mas não tem a compreensão de como utilizá-los. "A diferença está apenas no fato de que uma criança normal utiliza racionalmente suas funções naturais e quanto mais progride mais é capaz de imaginar dispositivos culturais apropriados para ajudar sua memória" (VYGOTSKY e LURIA, apud FACCI e BRANDÃO, 2007, p. 04).

A capacidade de operar os mediadores culturais é o que distingue a criança com deficiência intelectual da criança normal, segundo estes autores. Dessa forma, é possível refletir num processo que não traz limitações às características de um indivíduo (normal ou com deficiência), mas em ações voltadas ao incentivo do desenvolvimento das capacidades a serem adquiridas por meio da mediação nas relações sociais.

Vygotsky e Luria (apud FACCI e BRANDÃO, 2007) discorrem que as teorias que estruturam o pensamento humano são interiorizadas durante a atividade social e seu conteúdo se relaciona com o momento histórico, da categoria material de produção da vida e da cultura que está em vigor. Aqui estabelece a singularidade de toda educação escolar, cujo destaque é o conceito de práticas pedagógicas que busquem o desenvolvimento da formação social da mente, independentemente do aluno ter ou não uma deficiência (p. 5).

Para Vygotsky (apud BENITES e FICHTNER, 2009), não existe a nomenclatura deficiente, mas sim deficiência. Dessa forma, o autor faz uma ressalva que nenhuma pessoa pode ser considerada completamente deficiente, pois mesmo havendo limitação em determinado âmbito, pode desenvolver habilidades em outras. Então quando se refere a alguém como deficiente, corre-se o risco de elaborar uma ideia errônea de que ele seja incapaz, inferior, sendo que no entanto ele apenas possui alguma dificuldade em determinada área.

A partir de uma visão Vygotskyana, conclui-se que a pessoa com deficiência é muito mais difícil conviver em uma sociedade onde os espaços são planejados e elaborados para indivíduos que não possuem deficiência privando, dessa forma, os direitos de ir vir dessas pessoas que a convivência suas próprias limitações. O preconceito e a falta de informação por parte da maioria da sociedade fazem com que a vida da pessoa com deficiência seja considerada um fardo, sendo que de acordo com Vygotsky (apud BENITES e FICHTNER, 2009) elas deveriam ser vistas simplesmente como pessoas normais com processos mentais funcionando em um nível mais baixo.

4. DEFININDO A ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização é um procedimento histórico-social com diversas faces que faz a junção do caráter da língua escrita e as práticas culturais de seus usos, perpassando do processo mecanizado da leitura e da escrita (codificar/decodificar), ou seja, a alfabetização não é só ler, escrever, falar sem uma prática cultural e comunicativa, uma política cultural determinada. Observa-se que o conceito de alfabetização é muito amplo no cenário sócio educacional, estimulando práxis escolares diferenciadas uma vez que tais questões, de uma forma ou de outra, chegam à escola.

O conhecimento com o mundo letrado da criança começa muito antes da instrução que recebe na escola, no próprio meio ambiente que vive a criança depara-se com situações significativas de aprendizagem. Observe:

> O princípio dessa competência é o fato de que o aprendizado das crianças começa muito antes de sua entrada na escola. Qualquer situação de aprendizagem com a qual a criança se encontra na escola tem sempre uma história prévia. Por exemplo, as crianças começam a estudar aritmética na escola, mas muito antes tiveram alguma experiência com quantidades – tiveram que lidar com operações de divisão, adição, subtração e determinação de tamanho. Consequentemente, as crianças têm sua própria aritmética pré- escolar, que somente os psicólogos míopes podem ignorar. (Vigotski, 1998, p. 110).

O processo de alfabetização possui diversas características e em razão disto, não deve ser visto de forma fragmentada, mas sim integrada. Alfabetizar é uma

tarefa que deve ser aludida com seriedade pois requer formação adequada para os educadores alfabetizadores de maneira que consiga compreender noções das vivências sócio-culturais e psicológicas dos alunos. Todos esses paradigmas devem estar intricados, entrelaçados no processo de aprendizagem dos códigos para que o discente seja capaz de relacionar, interagir, atribuir sentidos e significados na sua relação com a linguagem e seu desenvolvimento.

É necessário constar que a criança, no processo diário, vivencia usos de escrita, concebendo que se escreve para comunicação, para auxílio da memória, para registro de informações. E que da mesma forma recorre-se à escrita, através da leitura para também obter-se informações e buscar entretenimento. É hora da escola parar de simplesmente ensinar a escrita, para dar espaço a uma escrita dinâmica, explorando as ideias as emoções, as inquietações, escrevendo e deixando escrever. (Kramer, 2000).

No entanto deve-se considerar que dentro do contexto social e familiar da criança ocasionam práticas e usos da escrita, de maneira natural e espontânea, das quais ela se integra direta ou indiretamente. O letramento processa-se dessa participação, da vivência de situações em que a leitura e a escrita possuem uma funcionalidade, uma significação. Os atos cotidianos, corriqueiros, de ler um jornal, redigir um bilhete, ler um livro, fazer anotações, ou seja, usar textos escritos como fonte, seja de informação, seja de entretenimento, contribuem para que as crianças percebam as diferentes formas de apresentação do texto escrito, bem como para que identifiquem seus diferentes sentidos e funções.

5. O PAPEL DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

O papel do professor foi mudando constantemente ao longo da história. Mudou daquele que transmite conteúdo para aquele que media conhecimento ou até mesmo o eterno aprendiz. O ato de ensinar e aprender são essenciais para o desenvolvimento e perpetuação da natureza humana.

Para alguns teóricos este papel é muito mais vasto. Além de envolver também um específico comportamento para aquela função que se desempenha, o professor muitas vezes exerce diversos papéis, seja de pai, de filho, de esposo, de vizinho, de esportista, de torcedor, de professor,de aluno, entre outros. Apesar de ser sempre a mesma pessoa, em cada situação há uma característica, uma forma de ser que nos diferencia das demais. Embora haja algo de constante nas pessoas em diferentes situações, esses papéis mudam de pessoa para pessoa.

Houve toda uma nova estruturação na família brasileira atual. Muitos falam que são lares desestruturados, mas não é desta forma que devem ser considerados, pois as famílias mudam, acabam se separando, aderindo a novos casamentos, muitas vezes um dos cônjuges já tem família e esta se agrega à outra, aumentando os componentes. Há também a família composta por pais e mães homossexuais ou simplesmente quando morre um dos cônjuges e o outro assume o papel, cuidando e protegendo a família. E quando não há felicidade nesta família, entram os problemas escolares, pois muitas vezes os alunos não conseguem se concentrar nas aulas, causando problemas de aprendizagem e indisciplina.

O professor deve se distanciar o máximo possível de ser um agente desmotivador da aprendizagem, assim como se relacionar com as outras pessoas, deve também tratar o aluno com necessidades especiais com respeito, amorosidade e ser um facilitador e transmitir segurança para que se efetive o processo de ensino e aprendizagem.

É importante fazer com que o aluno se interaja com o meio, sentindo-se assim um participante da vida em comum. Coll (1995) propõe que os professores se encontram normalmente, diante de um grupo de alunos com diferentes níveis, na área comunicativa linguística, com crianças que diferem quanto aos usos que fazem da linguagem, em função da procedência geográfica, social e cultural.

O papel do professor é direcionar um olhar flexível para cada aluno que possua ou não dificuldade, é buscar a compreensão da natureza desses bloqueios, buscar um diagnóstico especializado, uma orientação para melhorar rotina da criança e se instrumentalizar, além de estar em formação contínua.

Ainda neste contexto é fundamental que o professor domine o objeto de conhecimento, das habilidades metodológicas e conheça o sujeito da aprendizagem. Quando se refere à alfabetização, o professor deve dominar os conteúdos de Língua Portuguesa a serem ensinados, as formas de ensinar para garantir de fato a aprendizagem e deve ainda ter conhecimento dos processos de aprendizagem dos alunos.

6. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

As crianças com deficiência intelectual possuem barreiras de nível conceitual, prática ou social que acabam influenciando e muito a cognição e em algumas atividades cotidianas, influenciando em todo seu comportamento social e portanto quanto antes este problema for

identificado, mais fácil e rápido será dado os préstimos e cuidados visando à autonomia do educando

O trabalho deve ser bem planejado e possuir estratégias diversificadas e quando possível (re) adaptar materiais de apoio que auxiliem na aprendizagem,

Assim Glat, (2004) contribui:

> Não há duvida que a necessidade de cuidado maior imposta por sua condição restringe e transforma, em maior ou menor grau, a vida de todos os que lhes são próximos. No entanto, é importante que atenção que lhe é dada seja no sentido de estimular e incentivar ao máximo sua autonomia e crescimento, para que ele possa aprender a melhor lidar com suas dificuldades. (Glat 2004. p. 35 – 39.)

Em qualquer faixa etária da vida humana, as brincadeiras e os jogos são partes essenciais para divertimento e aprendizagem pois é uma experiência que proporciona muitos estímulos para desenvolver a cognição. Assim em qualquer disciplina, o professor pode dispor de jogos pedagógicos como recurso para o processo de aprendizagem bem como na fase de alfabetização.

Os educandos, ao jogar, proporcionam ao aluno estimulo de criação e construção em sua maneira de aprender, pois desenvolvem a capacidade de observação, comparação e atenção. Além destes recursos o jogo estimula elaborar estruturas como classificação, ordenação, estruturação, resolução de problemas e estratégias de leitura e escrita.

Segundo os PCNs (2001, p. 56) as atividades realizadas com jogos promovem uma aprendizagem significativa pois cria uma atmosfera bem favorável para o desenvolvimento, pois envolve muita espontaneidade, ao mesmo tempo que permite ao professor uma gama de metodologias para ensinar, como também criar estratégias que desenvolvem a capacidade leitora e escritora do aluno, isto tudo de uma forma envolvente e lúdica.

Dessa forma é essencial uma mediação favorável do educador, principiando desde a elaboração do jogo, criação das regras até a motivação em relação à troca de experiências entre os envolvidos. È importante o estímulo de ideias positivas relacionadas ao seu nível de desenvolvimento e sempre propondo sugestões de jogos e atividades adaptáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs muitas reflexões a respeito de estratégias que contribuíssem com a aprendizagem significativa de educandos com deficiência intelectual, assim como também considerou as maneiras como a cognição se desenvolve. E dentro desta perspectiva, podemos concluir que somente com uma vivência social, o contato com o outro e interação é que se desenvolve a autonomia e não se estimula o preconceito e a discriminação às diferenças.

O objetivo principal ao avaliar uma criança com deficiência intelectual é priorizar a realização de atividades que antes era impossível de serem efetivadas e que após a intervenção pedagógica, ficaram ultrapassadas, lembrando que nada tem a ver com superação, e sim da busca de desenvolvimento global, por intermédio de sanar as funções que eram comprometidas priorizando a autoestima.

Dessa forma houve também a constatação da importância de enfatizar os trabalhos em grupo, pois facilitam e desenvolvem a aprendizagem de maneira muito satisfatória, pois além de promover a coletividade, também proporcionam estratégias para se interagir, cooperar, socializar e mostrar afetividade. Tais ações são fundamentais para o desenvolvimento da aprendizagem por intermédio da troca.

Não se deve esquecer a importância do papel do professor no intuito de mediar todas as etapas supracitadas, com cuidado especial e priorizando as necessidades de cada aluno. Ter um planejamento adequado que vise ao desenvolvimento satisfatório para avançar e buscar a autonomia e que possa conhecer cada limitação de seus alunos e proporcionar estratégias que busque o conhecimento sempre.

Dentre estas estratégias, propor jogos e brincadeiras é bem satisfatório para auxiliar na metodologia, pois não limita o aluno; ele se visualiza como igual, pois participa de todas as etapas, promovendo satisfação, interação, alegria. Sem estes recursos é muito complexo obter êxito por intermédio de práticas isoladas que intencionam a preocupação somente com o currículo escolar, sem a participação significativa dos alunos.

Concluindo este artigo, pode-se constatar que quando é feito um planejamento eficaz que priorize atividades lúdicas que reflitam sobre as perspectivas do próprio educando e busque a autonomia do deficiente intelectual, ainda que seu desenvolvimento seja lento pois muitas vezes tal desempenho está relacionado a particularidades relacionadas a circunstâncias de danos emocional, cultural, econômicos, psíquico, provenientes de uma estrutura familiar que não possui capacidade de cuidar de pessoas deficientes, do que propriamente de suas características orgânicas. Nesses casos o ambiente escolar é uma opção importante e satisfatória para se alcançar a autonomia e conquista de identidade.